

OS DEZ ANOS DA ALTERNÂNCIA DEMOCRÁTICA EM MOÇAMBIQUE: AS SUAS PERSPECTIVAS E OS SEUS DESAFIOS.

Tubias Capaina

Graduado em Antropologia pela Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Universidade Eduardo Mondlane,
Moçambique.

Investigador Independence.

Correio eletrónico: capainatubias@gmail.com

Resumo

O presente artigo aborda sobre os dez anos da alternância democrática em moçambique: as suas perspectivas e os seus desafios. Pretendo mostrar os caminhos percorridos e os paradigmas que terão desenvolvido nesse tempo. O termo “democracia” surgiu na antiga Grécia e significa “governo de todos”. Portanto, democracia é a forma política em que o poder é atribuído ao povo e é exercido pelo povo em harmonia com a vontade expressa pelo conjunto de cidadãos titulares de direitos políticos. No entanto, após a luta de libertação nacional que culminou com a saída em dos Portugueses, Samora Machel assume o poder, mas o país cai de novo numa guerra com a RENAMO face as divergências que os acarretavam. Moçambique dependia cerca de 80% da ajuda internacional, sendo uma das economias do 3º Mundo. Esse factor, e outros, contribuíram para que ambas as partes repensassem a luta. Após, um período de negociações culminou com a assinatura dos Acordos de Paz, a 4 de Outubro de 1992. Assim, iniciava-se o caminho à democratização. Eu gostaria de ter conseguido uma interpretação perfeita, mas desculpe. A justiça é superestimada e talvez haja um jeito de recuperar tudo, mas por enquanto hoje vivemos com isso, não consigo pensar em um conjunto de circunstâncias que a alternância democrática poderia minimizar, porque resolver por completo é de duvidar. Há assuntos que devem ser resolvidos enquanto as partes trabalham juntas. Cada um liberta o país na parte que-lhe cabe. Sê firme!

Na visão de GIVE (2016), o conceito de democracia tem-se tornado vago e amplo, com pouca qualidade de definição, embora este regime político tenha um sentido literal, não nos ajuda a entender de fato o que é uma democracia. Por essa razão trago alguns conceitos para enquadrar a minha linha de pensamentos.

Palavras-chave: Democracia, Política, Eleições e Alternância.

1. Introdução

A democracia é uma forma de governo onde a autoridade do Estado deriva do povo. Quanto a isso, está claro, no entanto, há que saliência que os princípios da democracia moderna desenvolveram-se gradualmente através dos movimentos religiosos Calvinistas durante o século XVII, especialmente na Escócia, Inglaterra e Países Baixos onde as comunidades começaram a partilhar e a apoiar não só ideias religiosas mas também políticas. A filosofia da liberdade e igualdade para todos emergiu e acentuou-se durante o período do Iluminismo. Gradualmente, veio a ser reconhecida como o valor central da noção de democracia. Portanto, o presente artigo tem como objectivo compreender os dez anos da democracia moçambicana, a partir dela tirar-se algumas ilações de aprendizado.

Cada sociedade tem sua versão de criaturas míticas que unem as pessoas indesejadas com promessas de uma juventude próspera em algum lugar. Negociantes de laços, os procuradores da paz. Só os pobres têm coragem, porque têm esperanças. Estrelas de um programa que não existe. Trazem ao mundo crianças sem nenhuma perspetiva de vida. Viver na pobreza exige coragem, eu já tive um meio de esperanças, agora só quero ter certeza de que os outros vão estar melhor e se é necessário que uma criança mostre o caminho para a paz que seja.

Com isso, para a realização do mesmo, utilizou-se em um primeiro momento a pesquisa bibliográfica com um suporte de materiais já elaborados e integrados principalmente em livros, artigos científicos e revistas, com base numa pesquisa minuciosa exploratória.

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. (GIL, 2012, p. 44).

2. Definição de conceitos

Nessa primeira fase, abordo alguns conceitos que vão nortear em grande medida a nossa pesquisa, baseando-se na definição e compreensão de alguns autores que abordaram sobre os mesmos.

2.1. Democracia

Para (Júnior & Zinocacassa, 2010) o termo “democracia” surgiu na antiga Grécia e significa “governo de todos”. Portanto, democracia é a forma política em que o poder é atribuído ao povo e é exercido pelo povo em harmonia com a vontade expressa pelo conjunto de cidadãos titulares de direitos políticos.

Para (Xavier-Zeca, 2018), definir democracia não é algo simples, sobretudo quando se trata de um conceito em que a sua evolução trespassa alguns séculos. No entanto, apesar dos seus pressupostos democráticos, as suas bases e seus principais teóricos remontam na idade média.

Para o mesmo, o uso do termo - “*demokratia*, onde *demo* significa povo e o *kratos* governar” (DAHL, 2001, p. 21), remonta a Grécia Antiga. Apesar do seu surgimento ser nesse período o significado não queria dizer necessariamente homens e mulheres ou ricos e pobres.

Imensas desigualdades impunham enormes obstáculos à democracia: diferenças entre direitos, deveres, influência e a força de escravos e homens livres, ricos e pobres, proprietários e não-proprietários de terra, senhores, servos, homens e mulheres, artesãos e empregados, burgueses e banqueiros, senhores feudais, nobres e gentes do povo. (DAHL, 2001, p.33).

Isso mostra que para chegar-se ao conceito propriamente dito da democracia passou-se por um processo longo. E sendo método ou instrumento institucional para alcance de decisões políticas dos cidadãos pertencentes a um determinado estado, carrega consigo o poder de decisão por meio de uma competição, que tem por escopo o voto popular. Portanto, a democracia é uma concorrência ou uma competição entre partidos políticos, ou coligações políticas em que os dirigentes estão lutando para ganhar o poder através do uso da palavra.

TEIXEIRA (1996, p.17) afirmam que “não há democracia sem livre escolha dos governantes pelos governados, sem pluralismo político, mas não é possível falar de democracia se os eleitores têm somente a possibilidade de escolher entre duas fracções da oligarquia, das forças armadas ou do aparelho do estado”.

Segundo NORBERTO BOBBIO, o pensamento político grego nos transmitiu inúmeras formas de governo das quais uma é a democracia. Ela é definida como governo de muitos, dos mais, da maioria, dos pobres (1994, p.31).

Para ROUQUIE (1985, p.21), a mais abrangente e a mais operatória das definições parece ser a schumpeteriana em que a “democracia é tido como um procedimento em que permite, segundo regras definidas e pacíficas, aceitar ou recusar os homens chamados a governar”. SAES (1987) citado por DUMBO (2014) democracia é como uma forma de estado e um regime político, que consiste na configuração política cabível na forma democrática de estado, em que as pessoas de um país podem participar na vida política. Assim, a democracia, “é um regime em que a maioria reconhece os direitos da minoria, pois acredita que a maioria de hoje venha se tornar minoria amanhã”, a democracia não reduz o ser humano a ser apenas cidadão, mas reconhece o individuo livre que também faz parte da coletividade económica e cultural.

2.3.Democracia directa

A democracia directa é a democracia exercida pelo povo grego, que fazia reuniões em praça pública para tratar de vários assuntos e problemas. As decisões eram tomadas em assembleias pelo voto directo proferido pelos presentes, que gozavam de *isonomia*. (BOBBIO, 2000, p.54), Ressalta-se, porém, que apenas uma minoria de cidadãos gregos gozavam de tal direito, o órgão principal na democracia directa era a assembleia popular. No curso das reuniões, os cidadãos usavam da palavra para fazer propostas e propor leis. E era por maioria dos votos dos presentes que se tomavam as decisões. democracia liberal representativa e democracia participativa. Na democracia directa não há outorga de mandato do povo aos parlamentares e representantes políticos. E as funções políticas são geridas e desenvolvidas pelos próprios detentores do direito de votar. (MARTINS, 2011, p. 20)

2.4. Democracia representativa

O surgimento desse modelo de democracia deu-se pelas diversas mobilizações e movimentos contestatários. Nas décadas de 1960 e 1970, pelos movimentos estudantis, movimentos feministas e movimentos ecológicos, que fizeram manifestações pacíficas com o objectivo de criar propostas para uma sociedade democrática e criar um modelo de democracia em que pudessem se opor as decisões tomadas pelo poder político.

(DURIGUETTO, 2007, p.124), Para (SAES, 1987), com o crescimento da população, as reuniões em praça pública ficaram impossíveis de acontecer. Surgiu então, um novo tipo de democracia, a democracia representativa, onde o povo se reúne e escolhe por meio do voto os representantes que irão tomar decisões em seu nome.

A expressão democracia representativa significa genericamente que as deliberações colectivas, que dizem respeito à colectividade, serão tomadas por pessoas eleitas para solucionarem os interesses da colectividade inteira. “Um estado representativo é um estado no qual as principais deliberações políticas são tomadas por representantes eleitos, não importando se os órgãos de decisão são o parlamento, o presidente da República”. (BOBBIO, 1994, p. 44)

A democracia representativa é fruto da evolução, pois, o povo já não elege directamente os seus agentes ou políticos que o representará nos órgãos do estado, como o poder legislativo e o poder executivo. Aqui predomina a delegação dos poderes com vista a sua representação nas tomadas das decisões. Na democracia representativa, o povo elege agentes políticos que o representará nos órgãos do estado, como o poder legislativo e o poder executivo. (BOBBIO, 2000, p.44)

A expressão democracia representativa significa genericamente que as deliberações colectivas, que dizem respeito à colectividade, serão tomadas por pessoas eleitas para solucionarem os interesses da colectividade inteira. Fontes (2000, p. 152) critica a democracia representativa dizendo que ela é meramente elementar, pois ela não tem sentido. O modo como se descreve o processo democrático do voto é bastante significativo, por adotar requisitos para participação desse tipo de democracia.

Para Monteiro (1983, p. 50) são necessárias algumas condições para ser aplicado o sistema representativo. É necessário que o povo esteja disposto a receber e aceitar o governo representativo, que ele seja capaz de fazer o que for necessário para preservá-lo e que o povo esteja disposto e seja capaz de cumprir com os deveres e desempenhar as funções que lhe impõe.

3. Alternância

Para (Neto, 2012), a ideia de alternância não é produto original de mentes contemporâneas. Pelo menos numa visão prefacial, talvez rudimentar e um tanto quanto imperfeita, do ponto de vista dogmático, a alternância já estava presente nas preocupações dos estudiosos das fórmulas democráticas incipientes.

Para Aristóteles (1998) já se referia à igualdade na “alternância do mando e da obediência” como o “primeiro atributo da liberdade que os democratas colocam como fundamento e como fim da democracia”.

- ✓ *A mesma magistratura não deve ser conferida mais de uma vez à mesma pessoa, ou pelo menos que isso aconteça raramente e para pouquíssimos cargos;*
- ✓ *Todos os cargos devem ser de curta duração, ou pelo menos aqueles em que essa breve duração for conveniente;*
- ✓ *Todos devem passar pela judicatura, independentemente da classe a que pertençam, e ter poder para julgar sobre todos os casos em qualquer matéria, mesmo as causas da mais alta importância para o Estado;*
- ✓ *Não se deve tolerar nenhuma magistratura perpétua. Para ele, o princípio no qual se baseiam é “o direito que retiram da igualdade numérica” e “quanto mais longe se levar essa igualdade, mais a democracia será pronunciada”* (ARISTÓTELES, 1998, p. 177-179).

Para que haja alternância, é preciso que haja outros partidos, ou coligações pois, faz parte de um todo harmonizado visto que a pluralidade partidária, a regular realização de pleitos eleitorais dá vida a democracia e expressão de vontades dos cidadãos pertencentes a um determinado estado fortifica a democracia. A alternância não é propriamente um princípio fundante da democracia, mas sim elemento integrante da oposição. No entanto, pode haver oposição sem alternância, quando a oposição é fraca ou mesmo quando o povo está satisfeito com a situação. Também pode haver, em tese, democracia sem alternância, embora, em tal contexto, a tendência seja a de desnaturação progressiva da primeira, de sua convolação de democracia real em formal. O que não pode haver, absolutamente, é democracia sem oposição.

4. Eleições

Segundo (CORREA, 2011) em Atenas, a assembleia geral do povo reunia-se diariamente para tomar decisões o que implicava a participação de todos os cidadãos nas decisões governamentais. Era o correspondente á forma perfeita do exercício da soberania popular para Rousseau, o sistema de governo democrático directo, que ele próprio considerava impraticável ao dizer no contrato social.

Os estados modernos não se baseiam num tal sistema. Os governantes são eleitos pelos governados. A eleição consiste na escolha dos governantes, feita através da expressão dos votos dos cidadãos. Cada uma dessas pessoas chama-se eleitor e esta classificação

depende da posse de certos requisitos legais da capacidade eleitoral. O conjunto dos eleitores costuma designar-se por colégio eleitoral. Só podem ser eleitos pessoas que reúnam, os requisitos de elegibilidade e, assim, sejam elegíveis (Idem).

O acto de escolher mediante o voto chama-se sufrágio. Os governantes governam em nome dos eleitores ou seja, estes dão aqueles o direito de agirem em seu nome, o direito de os representarem. Esta forma de selecção dos governantes opõem-se a transmissão hereditária de funções em que os membros ou titulares de um determinado órgão escolhem outros membros e à nomeação, caso em que o titular de um órgão é designado pelo titular de outro órgão. O direito de voto, o sufrágio, pode ser restrito ou universal. O sufrágio é restrito quando o direito de voto só é conferido a certas categorias de cidadãos ou classes sociais, definidas por determinados requisitos. O sufrágio é universal quando todos os cidadãos podem participar nas eleições. Foi nos regimes liberais que se chegou ao sufrágio universal, com o advento político dos trabalhadores e o surgimento dos partidos de massas, O sufrágio, em consequência, é um direito de cada cidadão. O direito de voto, portanto não pode ser exercido senão pessoalmente. (CORREIA, 2011, p.16).

Segundo o autor, a soberania pertence ao povo, mas ao povo tomado no seu conjunto, enquanto entidade abstracta. No seio do Estado, a constituição prevê um ou vários órgãos cuja função é a de exprimir, traduzindo-se em leis, a vontade da nação. Estes órgãos terão assim, pela Constituição, a qualidade de representantes da nação. Para o autor, todo o individuo é cidadão pela razão de que não aceita submeter-se á vontade geral a não ser que lhe assegurem o direito de participar na elaboração dessa vontade. Na teoria da soberania popular, tal como Rousseau a concebeu, cada um dos indivíduos que forma o corpo social é detentor de uma parte da soberania, e só consultando cada um se pode encontrar a vontade de todos.

5. Política

Para (HANNAH ARENDT, 2002), a política baseia-se na pluralidade dos homens. Deus criou o homem. Os homens são um produto humano mundano, e produto da natureza humana. A filosofia e a teologia sempre se ocupam do homem, e todas as suas afirmações seriam corretas mesmo se houvesse apenas um homem, ou apenas dois homens, ou apenas homens idênticos. Por isso, não encontraram nenhuma resposta filosoficamente válida para a pergunta: o que é política? Mais, ainda: para todo o pensamento científico existe apenas o homem.

A política trata da convivência entre diferentes. Os homens se organizam politicamente para certas coisas em comum, essenciais num caos absoluto, ou

a partir do caos absoluto das diferenças. Enquanto os homens organizam corpos políticos sobre a família, em cujo quadro familiar se entendem, o parentesco significa, em diversos graus, por um lado aquilo que pode ligar os mais diferentes e por outro aquilo pelo qual formas individuais semelhantes podem separar-se de novo umas das outras e umas contra as outras, (HANNAH ARENDT, 2002, P.),

Para a autora, a família ganha sua importância inquestionável porque o mundo assim está organizado, pois, as famílias são fundadas como abrigos e castelos sólidos num mundo inóspito e estranho, no qual se precisa ter parentesco. Por essa razão, pode ser que a tarefa da política seja construir um mundo tão transparente para a verdade como a criação de Deus. No sentido do mito judaico-cristão, isso significaria: ao homem, criado à imagem de Deus, foi dada capacidade genética para organizar os homens à imagem da criação divina. Provavelmente, um absurdo, mas seria a única demonstração e justificativa possível à ideia da lei da Natureza. Visto que, na diversidade absoluta de todos os homens entre si maior do que a diversidade relativa de povos, nações ou raças, a criação do homem por Deus está contida na pluralidade.

6.Os caminhos de Moçambique rumo a democratização

Para (FIDH, 2004), em 1962, a Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) iniciou uma guerra de independência para libertar o país da colonização portuguesa. A guerra termina em 1974, na sequência da "revolução dos cravos" que teve lugar em Portugal. A 25 de Junho de 1975, Moçambique torna-se independente, sob a presidência de Samora Machel, líder da Frelimo.

A debandada da quase totalidade dos 230 mil portugueses que asseguravam os lugares chave de enquadramento e o comércio, lançam o país no caos. A Frelimo aproxima-se, então, dos governos comunistas e introduz importantes reformas no país. Desencadeiam-se graves tensões com a África do Sul e a Rodésia que, inquietas com a evolução ideológica ocorrida em Moçambique, acusam as autoridades de Maputo de protegerem as bases de movimentos nacionalistas da Rodésia, nomeadamente a Zanu. Com o apoio logístico e militar sul-africano, a Resistência Nacional de Moçambique (Renamo), movimento anti-socialista sustentado igualmente pela Rodésia, declara-se em guerra contra a Frelimo. Perdidos os seus aliados da Rodésia, a direcção da Renamo coloca-se, ainda mais, sob a dependência da África do Sul. Em Moçambique, a guerra alarga-se: escolas, meios de comunicação, unidades fabris e hospitais são destruídos; civis são massacrados, violados, roubados e mortos. Em 1983, inundações devastadoras

mergulham o país na fome e o governo de Moçambique experimenta uma mudança de política, tentando obter ajuda junto dos países ocidentais.

Com o fim do apoio da antiga Rodésia em 1980, a Renamo prosseguiu a sua actividade transferindo a sua sede para a África do Sul, de quem passou a receber ajudas. Em termos ideológicos essa passou a ser apresentada como um movimento identificado com os valores ocidentais e que lutava contra o marxismo em África, nomeadamente em Moçambique. Para além dos apoios externos começou a capitalizar o apoio de um número crescente de moçambicanos que estava descontente com o rumo que o país seguia. Esse apoio era maioritariamente dos camponeses (cujas terras haviam sido nacionalizadas), chefes tradicionais, entre outros (CORREIA, 1989; TOLLENAERE, 2006).

Em 1992, um acordo de paz é assinado em Roma. Entretanto, a Frelimo abandonara o marxismo-leninismo e Moçambique adoptara uma nova Constituição (em 1990), proclamando o pluralismo político e a liberdade de expressão. Sob os auspícios da Unomoz (missão da ONU para a manutenção da paz em Moçambique), preparam-se eleições e adoptam-se medidas que facilitem o regresso dos refugiados. Em 1994, Joaquim Chissano, sucessor de Samora Machel, morto num acidente de avião cujas causas restam ainda por esclarecer, é eleito presidente de Moçambique com 44% dos votos. O seu mandato é renovado em 1999, na sequência de um sufrágio fortemente contestado pela oposição (*Ibdem*).

Até finais dos anos 80, o conflito com a Renamo já havia destroçado e enfraquecido o país, as conversações eram essenciais entre a Renamo e a Frelimo. As conversações com esse movimento de guerrilha começaram paulatinamente a seguir outro rumo, como se de uma luz no fundo do túnel se tratasse. A Paz começou a ser uma verdade alcançável e não uma utopia. Em Julho de 1990, reuniram-se os dois movimentos, em Roma tendo a comunidade de santo Egídio e o Arcebispo da Beira como observadores do processo do acordo geral de Paz. Assume-se nesse encontro o compromisso de se introduzir um sistema multipartidário, com eleições regulares com base no Sufrágio Universal, garantido ainda a liberdade de expressão, religião e de imprensa, bem como a Independência do sistema judicial, (CORREIA 1989, p.23).

As negociações decorreram em Outubro de 1990 em Roma, para além de factores internos (dimensão que o conflito estava a tomar só estava a levar o país a ruína, sem

contar que tanto a Renamo como a Frelimo estavam a perder os apoios que provinham das grandes potências).

A economia estava numa situação caótica, levando o país a pôr em prática as políticas do Fundo Monetário Internacional (FMI), preconizadas pelos programas de ajustamento estrutural. Os factores externos também foram essenciais, a pressão que estava a ser exercida por parte dos doadores internacionais, e Moçambique dependia cerca 80% da ajuda internacional, sendo uma das economias do 3º Mundo mais dependentes (Alden; Simpson, 1993). Esses factores contribuíram para que ambas as partes repensassem a luta. Esse longo período de negociações culminou com a assinatura dos Acordos de Paz, a 4 de Outubro de 1992, pondo fim a 16 anos de guerra civil. Iniciava-se assim o caminho rumo à democratização.

7. As funções dos partidos políticos

Para (FIDH, 2004), análise das funções dos partidos pode conduzir a fórmulas mais ou menos extensas e detalhadas. Mas para o tema que aqui está em causa importa explorar as funções de direcção e de orientação que mais de perto estão associadas ao estatuto genérico da representação.

Na sua função de direcção, seja como exercício do poder governamental, seja como exercício do poder parlamentar, os partidos devem satisfazer as coordenadas e as intenções de um mandato que é transmitido através das eleições. Mas, na sua função de orientação, de formação da opinião pública e, em especial, de condicionamento do comportamento dos seus eleitores, os partidos produzem as coordenadas do seu mandato tal como o interpretam e tal como o consideram realizável.

8. Reconhecimento da diversidade como fundamento do estado de direito

Segundo apud Jovito Nunes (FIDH, 2004), o etnocentrismo é característico do Moçambique contemporâneo. Na sua opinião, a sociedade deve tomar consciência da sua diversidade e esse reconhecimento das diferenças é fundamental para enriquecer uma percepção social do Estado de direito. Negar as diferenças, ao nível da liderança tradicional ou do Estado, conduziria irremediavelmente à violência. Jovito Nunes demonstrou que quanto mais uma sociedade é livre e activa mais ela é fácil de governar. Expondo e comentando uma série e exemplos retirados da sociedade moçambicana e de

um estudo recente sobre a boa governância, concluiu que os valores de partido e etnia contrariam o bem público quando mal geridos.

8.1. Atitudes dos Actores políticos em relação as Eleições e Democracia

MUENDANE (2011, p.35-39), busca perceber a atitudes dos actores politicos no processo de eleições e democracia, para o autor os partidos políticos da oposição são unâimes em afirmar que através da gestão do processo eleitoral, o partido no poder manipula as eleições como forma de se perpetuar no poder. Sem correr os riscos da incerteza proporcionado pelas eleições democráticas. Este argumento torna-se evidente por parte dos membros do partido FRELIMO que de forma peremptória afirmaram que as eleições em Moçambique não são um meio para garantir alternância no poder, mas sim um instrumento de legitimação do poder dominante.

Por exemplo: Os extractos dos discursos pronunciados na Beira por Alberto Joaquim Chipande, chefe da Brigada Central do Partido FRELIMO para as eleições de 2009 em Sofala, em plena campanha eleitoral, sustentam este argumento:

*“Daqui não saímos, daqui ninguém nos tira. Nem com as eleições nem com a dita democracia ninguém nos tira. (...) As campanhas que estamos a fazer são para as eleições de 2014, visto que para as eleições deste ano já ganhámos.”*²⁷ (Canal de Moçambique, 12.10.2009)

Estes posicionamentos no entender de ADEBANWI & ADEDERE (2011) enquanto o acesso ao poder e a recursos continuar monopólio limitado de uma elite política, e enquanto o acesso aos recursos económicos depender antes do acesso as instituições políticas, a elite política irá continuar a ver as eleições como um mero processo de legitimação do partido no poder antes do que uma expressão fundamental das escolhas dos eleitores. Por outro lado, a percepção que se vai gerando em torno das eleições como um processo ritualista, pode ser percebida através do tipo de transição ocorrida no país.

Parafraseando HUNTINGTON (1994), em Moçambique pode-se considerar que o facto da opção pela democracia partir do próprio regime não democrático, permitiu um movimento gradual de substituição do sistema político e evitou os riscos de um corte radical com o *status quo ante*. Neste sentido, a RENAMO assim como os pequenos partidos da oposição, acreditam nas eleições como uma possibilidade para alternância,

sob ponto de vista teórico, mas não como uma realidade sobre ponto de vista prático. Os partidos políticos da oposição por seu lado, reconhecem que as eleições moçambicanas tornaram-se numa mera formalidade, só para dizer que Moçambique é um país democrático.

A percepção que se gera, é de que o povo vota mas não escolhe, e que a única forma de alternância possível seria garantir que efectivamente os cidadãos escolhessem livremente. No entanto, um elemento interessante que foi observado é que se por um lado, os partidos políticos demonstraram um sentimento de frustração com o sentido que as eleições estão a levar e nenhum partido deixou de aderir ao jogo político. Os dados indicam que de 2004 à 2009 o número de candidatos a presidenciais teve um crescimento (de 5 em 2004 para 9 em 2009, mas apenas 3 concorreram). Quanto às legislativas, houve um crescimento (de 20 em 2004 para 29 em 2009, mas apenas 17 concorreram). Os políticos são motivados pela competição partidária, mesmo tendo consciência de que as eleições não representam um jogo transparente, livre e justo segundo os procedimentos institucionais, porque a motivação para a acção partidária dá-se, meramente pelo desejo colher as recompensas de concorrer e de ocupar um cargo público.

O partido RENAMO e o MDM, pelo estatuto de partidos com representação parlamentar que ostentam, são os únicos partidos dentre todos, cuja motivação da acção partidária é de vencer as eleições, como forma de manter as recompensas pela ocupação de cargos públicos que compreendem: as verbas inscritas no orçamento do Estado, atribuídas anualmente aos partidos políticos com representação parlamentar. Mas por outro lado, o partido RENAMO concorre porque sabe que ganha e os resultados são sempre manipulados. Por seu turno, quanto aos partidos extra-parlamentares, para quem a motivação da acção partidária é de introduzir um novo ímpeto à competição partidária, oferecendo ao eleitorado alternativas de escolha.

9. Governação democrática

A governação para (FIDH, 2004), é o exercício de poder e autoridade, para gerir os assuntos de um estado, de uma organização ou da sociedade. A governação democrática, também chamada boa governação, assenta na implementação de valores básicos democráticos no exercício de poder. O que são pois os valores básicos da democracia? Visto que a democracia representa uma convicção, ela orienta-se em valores

fundamentais que ajudem às pessoas a implementar transformações democráticas e aprender viver a democracia.

"Pertencem a tais valores a justiça, a igualdade, a solidariedade, a tolerância, o pluralismo, o respeito pelas minorias, a não-imposição, diálogo e negociações, a convivência voluntária."
(FIDH, 2004, P.28)

A democracia então respeita e toma em consideração quanto antes os interesses de minorias no âmbito da imposição de decisões da maioria. Os mais importantes nos princípios da boa governação, que possam ser deduzidos dos valores básicos democráticos, é a participação, a eficiência, a eficácia, o comprometimento e a responsabilidade, a prestação de contas, a capacidade de adaptação, a transparência, o estado de direito e a participação. Uma dimensão técnica que define, entre outros, as normas e procedimentos administrativos e financeiras, a prestação de contas, os indicadores de avaliação, etc. Quando mais a governação negligencia a dimensão sociopolítica, tanto mais ela tende a abordagens tecnocráticas ou mesmo técnicas autoritárias de liderança. Nas democracias ainda em construção, isto pode levar a atitudes negativas dos cidadãos perante os governantes e a sua política, (BECKER & RAVELOSON, 2011, p. 05).

10. Eleições como pilares de uma democracia

Eleições constituem um dos mais importantes pilares da democracia. Como elas estão a ser organizadas em detalhe e como os votos depositados estão a ser convertidos em assentos no parlamento é definido pelo direito de sufrágio. Este se subdivide num direito de sufrágio activo e num passivo. Cidadãos com um direito de sufrágio activo podem votar e os com direito de sufrágio passivo podem ser eleitos. Na maior parte dos casos são concedidos ambos os direitos ao eleitorado inteiro. Contudo, nem todo estado, no qual se realizam eleições, é do mesmo modo democrático existem também outras formas de governação, nas quais há eleições.

Eleições democráticas devem preencher determinadas condições, que talvez já conheces:

- *Eleições democráticas são livres, quando os cidadãos possam escolher entre vários candidatos ou partidos políticos, que podiam candidatar-se sem quaisquer restrições. Do mesmo modo, eles podem decidir livremente, se os eleitores querem aproveitar o seu direito votar ou abster-se.*
- *Eleições democráticas são iguais, quando cada cidadão com direito a voto possui um voto e quando nem a sua descendência nem o seu sexo, língua, rendimentos ou posses, profissão, classe, identidade sexual, nível educacional, religião e convicção política tenham uma influência na quantificação dos votos. Cada voto tem o mesmo valor.*
- *Em eleições democráticas não pode ser detectável, em qual partido político ou em qual candidato o cidadão individual votou. Elas são, portanto, secretas, quando cada eleitor possa meter, sem ser observado ou influenciado, numa cabine o seu boletim de voto dentro de um envelope e, a seguir, depositar na urna.*

Além disso, eleições democráticas são públicas e transparentes. Isto significa, por um lado, que cada cidadão tem o direito de observar a contagem das urnas. Por outro lado, isto significa, que o caminho dos votos dos eleitores, a partir dos votos depositados na urna através do apuramento até o cálculo das somas totais e de uma eventual distribuição de assentos, deve ser completamente comprehensível. (idem: P. 8- 9).

11. Estratégia eleitoral: Marketing político

Marketing é a actividade humana dirigida para satisfazer necessidades e desejos por meio de troca. (GABRIEL, 2010, p. 28). Portanto, são estratégias, técnicas e práticas, seu principal objectivo é atribuir importância maior a determinadas marcas ou produtos há um público-alvo ou consumidores. Segundo (TORQUATO 2014), o marketing político não elege candidato. Bem aplicado, ajuda a eleger e a render aprovação. Mal aplicado, ajuda a derrotar. O marketing político tem como objectivo adequar o candidato ao seu eleitorado através de técnicas e procedimentos, e torná-lo conhecido pelo maior número de pessoas, mostrando ele ser diferente e melhor que seus adversários. Está relacionado a formar uma imagem seria e comprometida do candidato em longo prazo, às técnicas pode ser utilizada não apenas por políticos, mas por qualquer pessoa que deseja projectar-se publicamente, como apresentadores de TV, empresários, etc.

Passo a passo do marketing eleitoral: Pesquisa, para saber a fundo o perfil dos seus eleitores; Conhecimento de seus adversários; Planejamento estratégico; Imagem de mudança e continuidade; As estratégias devem priorizar transparéncia e verdade; Campanha alinhada com o partido; Linguagem clara e objectiva. Lembrando que tudo dependerá do empenho do

candidato e seu poder de persuasão. Segundo Blume, 2016, as propagandas na TV, debates, slogans, jingles, santinhos, campanhas online. Nada disso será efectivo se o candidato não for capaz de transmitir uma mensagem poderosa e persuasiva para o eleitor. (BLUME,2016).

Por essa razão, que o autor defende a existência de um profissional especialista que irá conduzir o candidato a ter uma boa campanha política, conquistar estima dos eleitores e passar a melhor imagem desse candidato, nesse contexto: um assessor político. No entanto o assessor tem papel fundamental para motivar ou fracassar uma campanha. O assessor tem que ser, acima de tudo, um amigo sincero, que leve os factos como eles realmente se apresentam e procure a solução em conjunto. O consultor é uma área que deve entender de maneira ampla diversos conceitos como administração, economia, marketing, publicidade e até mesmo psicologia, afinal este profissional irá traçar estratégias para alcançar o desejo de seu cliente. (MANHANELLI, 1988, p. 63).

12. Conclusão

A boa governação comprehende a dimensão sociopolítica e humana que, de entre outros, define o papel e a função, bem como a participação política dos diferentes atores e abrange maneiras de pensar, comportamentos e tipos de liderança dos governantes, RAVELOSON (2011). Os seres humanos são uma espécie de criaturas com tendências espontâneas, vingança é uma doença que come sua mente e mata sua alma. Por isso é muito fácil e acaba muito rápido. Não há cicatrizes o bastante para se saber que as feridas saram. O orgulho é o maior erro dos sete pecados capitalistas. Os que repudiam a violência, só podem fazer isso porque outros estão cometendo violências em nome deles. Quanto mais forem as palavras, maiores são as mentiras, mas, a prisão nunca foi gentil com ninguém. Respeito as decisões, são difíceis com certeza. Mas a fusão do sucesso esta baseado no reconhecimento de interesses mútuo. Homens poderosos têm de apelar para a vaidade. Para que a ética? Se não estas vivo param respeita-la.

No contexto africano, Moçambique faz parte de uma das democracias jovem, o seu processo passou por transição da guerra para a paz. Por isso, o seu sistema eleitoral teve de se constituir e aperfeiçoar tendo em conta pressupostos matérias que permitem a vigência e uma democracia fundamentalmente assentes nos anseios dos seus cidadãos, por isso, ela deve se redefinir para salvaguardar aspirações e representar a diversidade de opiniões. Alguns sectores sem pessoas qualificadas são como se fosse mais um preço

do governo. Lixo espacial. Há muitos fanáticos, homens e mulheres que escolhem um lado, uma ideologia para interpretar o seu mundo. Mas acordar todo o dia e fazer o trabalho difícil de decidir no que acreditar, no que é certo hoje, quando avançar ou recuar, isso é coragem.

A transparência e a alternância do poder devem ser os pilares que orientem a democracia em Moçambique. Tem sido um privilégio encarrar a realidade no ponto de vista. Existem riscos para todos nós, entendimento claro e coerente das minhas limitações. Dizem que, sabedoria é entender o limite da sua própria estrada, quando se tomam decisões que tem consequências tem de se viver com elas. É bom ter amigos em piores lugares. A descrição é uma qualidade rara e praticamente desvalorizada. Dizem que a juventude é desperdiçada pelos jovens. Eu discordo, acredito que a sabedoria é desperdiçada pelos velhos. Tudo o que podem fazer é dividir isso, mas poucos entendem isso. Há quem faz o esforço para aumentar a consciência sobre o ambientalismo e justiça social. O perdão não pode mudar o passado, mas certamente pode direcionar o futuro, é um sentimento encantador, totalmente funcional e maravilhosamente confiável quando sinceiro. O futuro guarda muitas promessas passadas, muitos arrependimentos, mas se dividirmos as bagagens, talvez a carga seja menos pesada. Cada escolha trás consigo bênção e também dificuldades. Mas as somas das nossas escolhas é um peso que cada um carrega sozinho. Não dá para se fugir de quem se é, não importa para onde se vá e nem a velocidade. Pode ir ao fim do mundo e voltar, a sombra do seu passado esta logo a sua atrás. Ninguém prevê o chamado da natureza, coisas ruins acontecem com as boas pessoas. Não podemos fugir dos nossos demónios do passado. Mas, podemos controla-los por meio da moralidade seletiva.

A alternância democrática é um conceito que condena a eternização dos dirigentes políticos no poder, pois tal fato desprestigiaria o carácter de um governo popular, (TEIXEIRA, 2013).

As vezes só necessitamos de uma lembrança de que precisamos respirar, estudos mostram que o amor, a satisfação e o compromisso são igualmente comuns. Então, estou confiante de que a minha proposta pode resultar em felicidades e recompensas, se as bases jurarem defender e cumprir com os acordos e assim buscar a felicidade como um fim último da política. Me refiro aos papéis de integração e reintegração social para oferecer o apoio na operação administrativa e fiscal no país.

13. Bibliografia

1. ARENDT H. *o que é política?* 3- Edição, 1993.
2. ARISTÓTELES. *A política.* Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
3. ALDEN, C. SIMPSON, M. Mozambique: *a delicate peace. Journal of Modern African Studies*, Cambridge, 1993.
4. BECKER Paula Dr. RAVELOSON J. *o que é democracia*, edição portuguesa, 2011.
5. BOBBIO, N. *Direita e Esquerda*, Lisboa, Editorial Presença, 1994.
6. BOBBIO, N. Marcos A. *O futuro da democracia.* 5. ed. Editora paz e terra política: São Paulo, 1994 _____. *Liberalismo e Democracia.* São Paulo: Editora brasiliense, 2000.
7. BLUME, Bruno A. Marketing Eleitoral: *As principais estratégias.* Disponível em <http://www.politize.com.br/marketing-eleitoral-as-principais-estragetias/>, acesso 12/03/2017.
8. CORREIA, J. RENAMO: *Resistência Nacional Moçambicana.* Maputo: Fórum Moçambicano, 1989.
9. DAHL, R. A. *Sobre a democracia.* Tradução Beatriz Sidou. Brasília: Ed. da UnB, 2001.
10. DOMBO, G, D.Q. *Democracia e liberdade de expressão em angola: estudo das medidas governamentais de angola que implicaram em avanços para a consolidação da democracia e da liberdade de expressão, desde o fim da guerra civil até 2013.* Unesc. Brasil, 2011.
11. FIDG, Federação Internacional das Ligas de Direitos Humanos, *programa de cooperação Judiciaria*, no 398/4 Junho/2004.
12. GABRIEL, M. *Marketing na área digital.* São Paulo, Novatec Editora, 2010.
13. GIL, António C. *Como elaborar projectos de pesquisa.* São Paulo, Editora Atlas, 5^a Edição, 2012.
14. Give, A, S. *A história da democracia ao longo do tempo e sus incidênci na vida quotidiana.* Brasil, 2016.
15. MANHANELLI, Carlos A. *Estratégias Eleitorais.* São Paulo, Summus Editorial Ltda., 3^a edição, 1988.
16. MUENDANE, E, E. *Competição Partidária e Incerteza Eleitoral na perspectiva Da Governação Eleitoral em Moçambique (1994-2009).* Maputo. Moçambique, 2011.
17. NETO Tarcísio Vieira de C. *O princípio da alternância no regime Democrático,* Brasília, Dezembro de 2012.
18. ROUQUIÉ, A; LAMOUNIER, B; SCHVARZER, J. *Como Renascem as Democracias.* Brasilienses: São Paulo, 1985.
19. SAES, Décio. *A Democracia Grega.* Editora Ática: São Paulo, 1987
20. TEIXEIRA, Guilherme João de Freitas. *O que é a democracia?* Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
21. TEIXEIRA, R, M. *Democracia como instrumento de desenvolvimento de um país.* Lisboa. Portugal, 2013.
22. TORQUATO, G. *Novo Manual de Marketing Político,* Summus Editorial Ltda., 2^a edição, 2014.
23. ZINOCACASSA, Zacarias F. & JÚNIOR Manuel Lino C. *Estrutura do Estado e Democracia em Moçambique,* 2^a edição, Maputo, 2010.